

The logo consists of the letters 'AG' in a bold, white, sans-serif font, set against a dark blue square background.

ANDRADE  
GUTIERREZ

# **ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

Demonstrações financeiras para o  
exercício findo em 31 de dezembro

---

**2021**

# CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes;

Balanco patrimonial;

Demonstração dos resultados;

Demonstração dos resultados abrangentes;

Demonstração das mutações do patrimônio líquido;

Demonstração dos fluxos de caixa;

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

# SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	3
BALANÇO PATRIMONIAL .....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	12
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS .....	16
3. CONSOLIDAÇÃO .....	22
4. SEGMENTOS .....	22
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	22
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	23
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR .....	23
8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO .....	24
9. DEMAIS ATIVOS .....	33
10. INTANGÍVEL .....	33
11. ARRENDAMENTOS .....	33
12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER .....	34
13. DEBÊNTURES A PAGAR .....	34
14. PARTES RELACIONADAS .....	38
15. PROVISÕES PARA PERDAS E RISCOS .....	39
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	40
17. RECEITA LÍQUIDA De SERVIÇOS PRESTADOS .....	41
18. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	42
19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDO .....	42
20. RESULTADO FINANCEIRO .....	42
21. RESULTADO POR AÇÃO .....	43
22. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	44
23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA .....	47
24. OUTROS ASSUNTOS .....	47
25. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	47
26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	49

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Conselheiros e Diretores da  
**Andrade Gutierrez Participações S.A**  
Belo Horizonte - MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Andrade Gutierrez Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Andrade Gutierrez Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – Processo de investigação em investidas indiretas**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8, que descreve que a investida indireta Madeira Energia S.A. e a investida indireta Santo António Energia S.A. estão sob investigação e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público, em função de suposto envolvimento de empresas que prestavam serviços à esta investida com alegações de possíveis atividades ilegais, incluindo empresas pertencentes aos grupos económicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo António (“CCSA”). A administração da investida contratou escritório jurídico independente que emitiu seu relatório, apresentado à Comissão e ao Conselho de Administração, em que se conclui que não há evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações e correspondentes medidas legais ainda não concluídas, de acordos de leniência e ou de termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### **Auditoria do período anterior**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 01 de abril de 2021, com modificação de opinião relacionado a impossibilidade de determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras, em função da não conclusão da investigação das autoridades públicas, além de ênfase relativa ao mesmo assunto no parágrafo de “ênfase”.

#### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individual e consolidado livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individual e consolidado, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

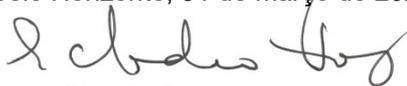
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2022.



Luiz Claudio Fontes  
Contador CRC – 1RJ-032.470/O-9-T-SP



Leonardo Coelho de Almeida Mendes  
Contador CRC – MG 94.028/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples  
CRC 2SP-030.002/O-7

**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.238	14.537	13.239	14.538	Debêntures a pagar	13	870.742	408.930	870.742	408.930
Títulos e valores mobiliários	6	18.188	9.996	18.188	9.996	Financiamentos com arrendamentos	11	67	85	67	85
Contas a receber de clientes		29	14.338	29	14.338	Fornecedores		5.285	7.635	5.286	7.635
Adiantamentos		15	1.019	15	1.019	Débitos com partes relacionadas	14	296	10.367	296	10.367
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.809	2.690	1.838	2.719	Salários e obrigações sociais		1.981	1.976	1.981	1.976
Crédito com partes relacionadas	14	2.036	6.765	2.036	6.765	Impostos e contribuições a recolher	12	617	1.343	620	1.346
Demais ativos		588	615	588	615	Demais obrigações		18	3.776	18	3.776
		35.903	49.960	35.933	49.990	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>879.006</b>	<b>434.112</b>	<b>879.010</b>	<b>434.115</b>
Ativos mantidos para venda		1.511.122	-	1.511.122	-						
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.547.025</b>	<b>49.960</b>	<b>1.547.055</b>	<b>49.990</b>						
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Ativo realizável a longo prazo:						Debêntures a pagar	13	1.406.456	1.765.847	1.406.456	1.765.847
Crédito com partes relacionadas	14	234.999	269.750	234.999	269.750	Débitos com partes relacionadas	14	41	41	41	41
Demais ativos	9	16.204	-	16.204	-	Provisão para perdas em investimentos	8	3.976	-	3.976	-
<b>Total realizável a longo prazo</b>		<b>251.203</b>	<b>269.750</b>	<b>251.203</b>	<b>269.750</b>	Provisões para perdas e riscos	15	165.072	112.750	165.072	112.750
						<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.575.545</b>	<b>1.878.638</b>	<b>1.575.545</b>	<b>1.878.638</b>
Investimentos	8	17.019	1.501.513	16.993	1.501.486	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Imobilizado		30	19	30	19	Capital social		2.377	2.377	2.377	2.377
Intangível	10	-	17.025	-	17.025	Ações em tesouraria		(85)	(85)	(85)	(85)
Direitos de uso de arrendamentos	11	100	108	100	108	Ajustes de avaliação patrimonial		(77.919)	(97.998)	(77.919)	(97.998)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>268.352</b>	<b>1.788.415</b>	<b>268.326</b>	<b>1.788.388</b>	Resultados acumulados		(563.547)	(378.669)	(563.547)	(378.669)
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(639.174)</b>	<b>(474.375)</b>	<b>(639.174)</b>	<b>(474.375)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.815.377</b>	<b>1.838.375</b>	<b>1.815.381</b>	<b>1.838.378</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.815.377</b>	<b>1.838.375</b>	<b>1.815.381</b>	<b>1.838.378</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	17	28.055	157.479	28.055	157.479
Custos dos serviços prestados	18	(14.539)	(72.615)	(14.539)	(72.615)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>13.516</b>	<b>84.864</b>	<b>13.516</b>	<b>84.864</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	18	(23.995)	(55.473)	(23.996)	(55.483)
Resultado de equivalência patrimonial	8	27.527	(12.411)	27.528	(12.398)
Provisões para perdas e riscos	15	(52.322)	(31.023)	(52.322)	(31.023)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	19	9.110	1.483	9.110	1.483
		(39.680)	(97.424)	(39.680)	(97.421)
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>(26.164)</b>	<b>(12.560)</b>	<b>(26.164)</b>	<b>(12.557)</b>
RESULTADO FINANCEIRO	20				
Receitas financeiras		11.425	10.316	11.425	10.316
Despesas financeiras		(170.642)	(146.234)	(170.642)	(146.237)
Resultado financeiro, líquido		(159.217)	(135.918)	(159.217)	(135.921)
<b>RESULTADO ANTES DAS TRIBUTAÇÕES</b>		<b>(185.381)</b>	<b>(148.478)</b>	<b>(185.381)</b>	<b>(148.478)</b>
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-
		-	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(185.381)</b>	<b>(148.478)</b>	<b>(185.381)</b>	<b>(148.478)</b>
RESULTADO BÁSICO POR AÇÃO (R\$)	21				
por ação ordinária		(0,1345)	(0,1077)	(0,1345)	(0,1077)
por ação preferencial		(0,1479)	(0,1185)	(0,1479)	(0,1185)
RESULTADO DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	21				
por ação ordinária		(0,1183)	(0,0947)	(0,1183)	(0,0947)
por ação preferencial		(0,1202)	(0,0906)	(0,1202)	(0,0906)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(185.381)</b>	<b>(148.478)</b>
Valores que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício quando condições específicas forem atendidas:			
Ajustes de avaliação patrimonial, reflexos	8	21.911	65.724
Realização de outros resultados abrangentes		(1.832)	-
		20.079	65.724
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>(165.302)</b>	<b>(82.754)</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		<b>2.377</b>	<b>(85)</b>	<b>(163.722)</b>	<b>(230.709)</b>	<b>(392.139)</b>
<i>Transação de capital</i>						
Apropriação do lucro não realizado	8	-	-	-	518	518
<i>Resultados abrangentes</i>						
Resultado do exercício		-	-	-	(148.478)	(148.478)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	8	-	-	65.724	-	65.724
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<b>2.377</b>	<b>(85)</b>	<b>(97.998)</b>	<b>(378.669)</b>	<b>(474.375)</b>
<i>Transação de capital</i>						
Apropriação do lucro não realizado	8	-	-	-	517	517
Outras transações de capital		-	-	-	(14)	(14)
<i>Resultados abrangentes</i>						
Resultado do exercício		-	-	-	(185.381)	(185.381)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	8	-	-	21.911	-	21.911
Outros resultados abrangentes		-	-	(1.832)	-	(1.832)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>2.377</b>	<b>(85)</b>	<b>(77.919)</b>	<b>(563.547)</b>	<b>(639.174)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Resultado do exercício		(185.381)	(148.478)	(185.381)	(148.478)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Juros e atualizações monetárias, líquido	20	142.621	110.629	142.621	110.629
Depreciação e amortização	18	2.008	15.164	2.008	15.164
Equivalência patrimonial	8	(27.527)	12.411	(27.528)	12.398
Constituição de provisão para perdas e riscos, líquido	15	52.322	31.691	52.322	31.691
Custo na emissão de debêntures	13	6.571	6.580	6.571	6.580
(Ganho) perda em investimentos		(9.205)	(1.495)	(9.205)	(1.495)
		<b>(18.591)</b>	<b>26.502</b>	<b>(18.592)</b>	<b>26.489</b>
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		14.309	(2.668)	14.309	(2.668)
Adiantamentos		1.004	63	1.004	63
Impostos e contribuições a recuperar		881	3.450	881	3.450
Fornecedores		(2.350)	1.274	(2.349)	1.274
Salários e obrigações sociais		5	(317)	5	(317)
Impostos e contribuições a recolher		(726)	(121)	(726)	(121)
Demais ativos e obrigações		(3.745)	(8.895)	(3.745)	(8.896)
		<b>9.378</b>	<b>(7.214)</b>	<b>9.379</b>	<b>(7.215)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de operacionais</b>		<b>(9.213)</b>	<b>19.288</b>	<b>(9.213)</b>	<b>19.274</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Títulos e valores mobiliários		(8.192)	22.782	(8.192)	22.782
Aumento de capital em investidas	8	(10.101)	(5.788)	(10.101)	(5.788)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	8	49.820	144.613	49.820	144.613
Partes relacionadas		35.137	(29.193)	35.137	(29.193)
Aquisição de ativo imobilizado		(19)	-	(19)	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de investimentos</b>		<b>66.645</b>	<b>132.414</b>	<b>66.645</b>	<b>132.414</b>
<b>FLUXO DE CAIXA GERADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>					
Pagamento de debêntures	13	(2.977)	(30.565)	(2.977)	(30.565)
Encargos financeiros pagos sobre debêntures	13	(54.543)	(109.218)	(54.543)	(109.218)
Pagamento de arrendamentos	11	(1.189)	(1.376)	(1.189)	(1.376)
Encargos financeiros pagos sobre arrendamentos	11	(22)	(27)	(22)	(27)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamentos</b>		<b>(58.731)</b>	<b>(141.186)</b>	<b>(58.731)</b>	<b>(141.186)</b>
<b>REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(1.299)</b>	<b>10.516</b>	<b>(1.299)</b>	<b>10.502</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	14.537	4.021	14.538	4.036
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	13.238	14.537	13.239	14.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Andrade Gutierrez Participações S.A. (“Companhia” ou “AGPAR”), sediada na Avenida do Contorno, nº 8.123 em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma *holding* que tem como principal objetivo a participação no capital de empresas que atuam na concessão de serviços públicos e/ou privados. A Companhia cabe o papel de definir estratégias e monitorar resultados.

Os resultados da AGPAR dos últimos exercícios foram negativamente afetados por eventos não recorrentes, como o reconhecimento de provisão para contingências (conforme nota explicativa nº 14), o resultado negativo de venda de debêntures, e o reconhecimento, por uma das investidas, de despesas assumidas no âmbito de acordo de leniência. O reconhecimento das despesas financeiras sobre os financiamentos também tem contribuído para a redução dos resultados. Nos últimos exercícios, 2020 e 2021, houve ainda impactos negativos sobre os resultados e dividendos de suas investidas, causados pela redução de resultados operacionais em consequência da pandemia do COVID-19. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$594.862.

A AGPAR, por ser uma *holding*, tem uma estrutura patrimonial diferente da maioria das empresas operacionais. Com isto, ela administra sua estrutura de capital visando sua capacidade de continuidade operacional de maneira a oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios aos demais *stakeholders*. Busca também manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. As ações que são tomadas nesse sentido, passam pela análise e adequação de seu endividamento, buscando alternativas para manter equilibrada sua estrutura de dívidas à luz da situação atual e expectativas de resultados futuros. A Companhia está atualmente conversando com os seus credores para renegociar suas dívidas de modo a adequar o fluxo de vencimentos com o atual cenário. A Companhia avalia constantemente seus investimentos no sentido de promover avaliações de oportunidade e momento adequados para realização de eventuais desinvestimentos que possam contribuir como forma alternativa de geração de caixa. O valor de mercado das participações societárias dadas em garantia para os credores supera o saldo das dívidas que garantem na Companhia. Além disto, considerando o contexto do grupo econômico ao qual a Companhia está inserido, a Administração também pode avaliar possibilidades de eventual suporte financeiro de outras Companhias do Grupo AG.

O Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (“COPER”), realizou a prestação de serviços de operação e manutenção da Rodovia Presidente Dutra – BR 116 / RJ-SP, até 28 de fevereiro de 2021. Apesar da prorrogação do prazo de concessão, para 28 de fevereiro de 2022, o contrato de prestação de serviços entre o COPER e a CCR NovaDutra, não foi prorrogado, sendo encerrado em 28 de fevereiro de 2021. Com isto, o COPER deixa de ter qualquer atividade operacional, e o seu prazo de encerramento será o necessário para a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades.

**Segmentos de atuação**

Em 31 de dezembro de 2021, as áreas de investimento da Companhia, independentes entre si e cada qual responsável pela condução de seus respectivos interesses, estão estruturadas em quatro segmentos: Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos; Madeira Energia; Arenas; e Outros.

Informações adicionais sobre os investimentos da Companhia, segregados pelos segmentos de atuação, estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

No exercício de 2021, não ocorreram alterações na estrutura e composição dos segmentos de atuação da Companhia em relação àqueles apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

**1.1 Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos**

O segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos é representado pelos investimentos de 14,86% do capital social da CCR S.A. (“CCR”) e de 33,33% do capital social da Companhia Operadora de Rodovias (“COR”), bem como a participação de 32,67% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (“COPER”).

### 1.1.1 Controlada em conjunto CCR

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura, essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite que atue no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A CCR é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&F Bovespa (B3 ou B3 - Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla "CCRO3".

Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 3.698 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que em 3.615 quilômetros é responsável pela administração e em 83 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, CCR MSVia, CCR ViaSul, CCR ViaCosteira, CCR RioSP, Renovias e ViaRio.

Além da atuação em concessões rodoviárias, a CCR busca investir em outros negócios. Exemplo disso são as suas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), CCR Metrô Bahia (Metrô de Salvador - Lauro de Freitas), ViaMobilidade (Linha 5 e 17-Lilás e Ouro do Metrô de São Paulo), Linha 15 (Linha 15-Prata do Metrô de São Paulo), Linhas 8 e 9 (Linhas 8 - Diamante e 9 - Esmeralda), Samm (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovias e da Linha 4 do Metrô de São Paulo), CCR Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros através de veículos leves sobre trilhos), BH Airport (Aeroporto Internacional Tancredo Neves), Blocos Sul e Central (concessões aeroportuárias), Pampulha (aeroporto Carlos Drummond de Andrade), Quiport, Aeris, CAP (operadoras dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente), Quicko (programa de fidelização de clientes) e TAS (prestadora de serviços em aeroportos dos Estados Unidos da América).

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

#### *Participações diretas da CCR*

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- PRN - Concessões e Participações Ltda. (antiga CCR Ponte)
- RDN - Concessões e Participações S.A. (antiga CCR RodoNorte)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços. (CIIS)
- Samm - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Samm)
- SPC - Sociedade de Participação em Concessões Ltda. (antiga SPCP)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Concessionária ViaRio S.A. (ViaRio)
- Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaMobilidade) e sua subsidiária integral Five Trilhos - Administração e Participações S.A. (Five Trilhos)
- Infra SP Participações e Concessões S.A. (CCR Infra SP)
- SIP - Sociedade de Investimentos e Participações Ltda. (antiga CIP)
- Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A. (Linha 15)
- Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (CCR ViaCosteira)
- RS Holding e Participações S.A. (RS Holding) e sua subsidiária integral Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (CCR ViaSul)
- Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. (Linhas 8 e 9)
- Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. (CCR RioSP)

#### *Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CCR Infra SP (Infra SP)*

- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste)

- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias)
- Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5)

*Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CIP*

- Controlar S.A. (Controlar) (em fase de liquidação)

*Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CPC*

- CCR España - Concesiones y Participaciones S.L. (CCR España)
- CCR España Emprendimientos S.L.U. (CCR España Emprendimientos)
- Alba Concessions Inc. (Alba Concessions)
- Alba Participations Inc. (Alba Participations)
- Barcas S.A. - Transportes Marítimos (CCR Barcas) e sua controlada ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda. (ATP)
- Green Airports Inc. (Green Airports), sua controlada em conjunto (controlada indireta da CPC), Inversiones Bancnat S.A. (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)
- Companhia do Metrô da Bahia (CCR Metrô Bahia)
- Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (CCR MSVia)
- Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (SPAC) e sua controlada Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport)
- Lam Vias Participações e Concessões S.A. (CCR Lam Vias)
- International Airport Finance, S.A. (IAF)
- Concessionária do Bloco Sul S.A. (Bloco Sul)
- Concessionária do Bloco Central S.A. (Bloco Central)
- Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. (Pampulha)

*Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España Emprendimientos*

- Quiport Holdings S.A. (Quiport Holdings) e sua controlada Corporación Quiport S.A. (Quiport)
- Quito Airport Management S.A. (Quiama) e sua controlada Quito Airport Management Ecuador Quiamaecuador S.A. (Quiama Ecuador)
- CCR USA Management Inc. (CCR USA) e sua controlada Total Airport Services Inc. (TAS)

*Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España*

- MTH Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH)
- Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA), sua controlada em conjunto Curaçao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP)
- CCR Costa Rica Emprendimientos (CCR Costa Rica), suas controladas em conjunto (controladas da CCR España), Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL (Aeropuertos), Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aérea General AAH SRL (Terminal) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris)
- SJO Holding Ltd. (SJO), sua controlada (controlada da CCR España), CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones S.A. (CCR Costa Rica Concesiones), e suas controladas em conjunto (Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL, Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL e Terminal Aerea General AAH SRL) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A.(Aeris). Além disso, sua controlada em conjunto IBSA Bancnat (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)

*Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CIIS*

- Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca)
- Toronto S.A. - Desenvolvimento e Participações (Quicko)

### 1.1.2 Controlada em conjunto COR

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços relacionados com a operação de rodovias, compreendendo serviços de controle, inspeção e fiscalização de trânsito, serviços de atendimento emergencial, médico e mecânico, serviços de comunicação e informação aos usuários, serviço de

arrecadação de pedágio, serviços de pesagem de veículos, serviços de manutenção de equipamentos mecânicos e eletroeletrônicos.

### 1.1.3 Controlada em conjunto COPER

Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (“COPER”), que realiza a prestação de serviços de operação e manutenção da Rodovia Presidente Dutra – BR 116 / RJ-SP, cujo contrato de concessão para exploração da rodovia, que inicialmente iria até 28 de fevereiro de 2021, foi prorrogado para 28 de fevereiro de 2022. Entretanto, essa extensão de prazo no contrato de concessão não se aplica ao contrato entre o COPER e a Concessionária, que foi encerrado em 28 de fevereiro de 2021. Com isto, o COPER deixa de ter qualquer atividade operacional, e o seu prazo de encerramento será o necessário para a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades.

## 1.2 Segmento Madeira Energia

O segmento Madeira Energia é representado pela participação da Companhia em 16,58% do capital total, sendo 49,33% do capital votante, da controlada em conjunto SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”) que, por sua vez, investe diretamente na Madeira Energia S.A. (“MESA”), com 10,53% do total de suas ações.

### 1.2.1 Controlada em conjunto SAAG

A SAAG é uma sociedade por ações, de capital fechado, que tem por objetivo social a participação no capital social da Madeira Energia S.A. e é uma *holding* controlada pelo Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”) e a Companhia. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia possui 16,58% do capital total da SAAG.

### 1.2.2 Coligada indireta Madeira Energia

A Madeira Energia S.A. “MESA” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, com sede no município de São Paulo, e é a *holding* da empresa Santo Antônio Energia S.A., que tem como objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo “bulbo” que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água. A sua Licença de Operação vigente (Nº 1044/2011-1ª Renovação-2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026.

Em 31 de dezembro de 2021, a Usina Hidrelétrica Santo Antônio possuía 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.424,2 MW médios de garantia física.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio iniciou a sua operação comercial em 2012 com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em dezembro de 2016 quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial.

A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 Unidades Geradoras – 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs correspondendo a 1.552 MW médios, distribuídos entre 37 contrapartes (empresas distribuidoras de energia elétrica) com vencimento no ano de 2041.

Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com 8 grandes clientes com vencimento no ano de 2027.

A energia adicional, referente às 06 novas Unidades Geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira:

- A Santo Antônio Energia S.A participou do 19º leilão de energia A-3, no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEARs começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046.

- Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre – CCEALs com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029.

### 1.3 Segmento Arenas

O segmento Arenas é representado pela participação detida pela Companhia de 50% no capital social da SPE Holding Beira Rio S.A. (“BRIO”). A BRIO é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Borges de Medeiros, nº 2.500, sala 1212, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o restante do capital social da BRIO é detido pelo Fundo de Investimentos em Participações Beira Rio (“FIP BTG”), fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado pertencente ao Grupo BTG Pactual.

O objeto social da BRIO é a renovação, reforma e modernização do Complexo Beira-Rio, situado na Av. Padre Cacique nº 891, em Porto Alegre/RS, por si ou por terceiros. Compreende a exploração comercial de cadeiras, camarotes e afins que compõe o Estádio Beira-Rio, além da exploração, incorporação e intermediação imobiliária no prazo de 20 anos. É responsável pela operação das atividades vinculadas ao Complexo Beira-Rio: (i) de Catering (alimentação e bebidas) nos bares e restaurantes atualmente existentes e a serem criados no Estádio Beira-Rio; (ii) das áreas de lojas do Complexo Beira-Rio; e (iii) do edifício garagem.

Ao final da concessão a BRIO entregará os bens adquiridos ou construídos para o Sport Club Internacional (“SCI”), não cabendo à ela qualquer indenização, direito de retenção ou compensação pela realização das obras e serviços. Em 19 de março de 2012, a BRIO assinou com o SCI um contrato de “Construção, Renovação e Operação do Complexo Beira-Rio”. A FIFA escolheu o Estádio Beira-Rio para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Para tanto, o estádio precisou ser adequado aos padrões internacionais exigidos pela entidade. Diante dos investimentos requeridos para a modernização, o SCI assinou o referido contrato com a SPE, que aporta recursos financeiros em contrapartida ao direito de explorar áreas do complexo.

### 1.4 Segmento Outros

O segmento Outros é representado pelas participações de 100% do capital social da AGC Energia S.A., bem como 33,33% do capital social da Evolua Energia Participações S.A., conforme mencionado no item 1.4.2.

#### 1.4.1 Controlada AGC Energia

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social participar no capital social de empresas do segmento de energia. No decorrer do ano de 2017 a AGC Energia vendeu a totalidade de ações que detinha de CEMIG, equivalente a 6,70% do capital social. A Administração da Companhia monitora constantemente novas oportunidades de investimento para esta investida.

#### 1.4.2 Controlada em conjunto Evolua Energia Participações S.A. (“Evolua”)

A Evolua é uma empresa focada no desenvolvimento, implantação e gestão comercial de projetos fotovoltaicos no setor de Geração Distribuída, e passou a integrar a relação de investimentos da Companhia em 2020. A Evolua é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida do Contorno, 8279, sala 300-A4, Gutierrez, Belo Horizonte, Minas Gerais, controlada em conjunto pela Companhia que, em 31 de dezembro de 2020, possuía 28,33% do capital social na investida e em 31 de dezembro de 2021 detinha 33,33% de participação.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido ou pago por um ativo ou passivo em uma transação organizada entre partes independentes, seja através de preço diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares).

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Companhia e de suas investidas façam julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

### 2.4.1 Provisão para contingências

A Companhia faz uso de estimativas para definir se, quando e por qual valor uma eventual provisão para contingência deve ser reconhecida em seu balanço patrimonial. Estas estimativas baseiam-se, especialmente, na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e a conclusão sobre o reconhecimento e valor das provisões para contingência podem envolver certo grau de julgamento. Quando aplicável, o valor da provisão a ser reconhecido reflete a melhor estimativa dos profissionais capacitados para avaliar, de acordo com a natureza de cada passivo a ser provisionado, o esforço financeiro requerido para liquidar uma obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas a tais passivos.

### 2.4.2 Provisões para perdas em ativos financeiros

As provisões para perdas, quando aplicável, são mensuradas através de análise de risco de crédito das partes contrárias dos respectivos instrumentos financeiros da Companhia, o que pode exigir, além de levantamento de informações históricas que não necessariamente representam certeza sobre cenários futuros, o uso de julgamento e premissas por parte da Administração. Adicionalmente, conforme trazido pelo CPC 48, as estimativas para as provisões para perda podem ser feitas para as perdas esperadas durante toda a vida contratual do ativo financeiro ou para os próximos 12 (doze) meses, a depender das características de risco de crédito constatadas à data de elaboração das demonstrações financeiras.

### 2.4.3 Provisões para perdas em ativos não financeiros (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia e suas investidas estimam o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pelas Administrações, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

### 2.4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

## 2.5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, com exceção dos itens específicos apresentados abaixo. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

### 2.5.1 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber é reconhecido à medida em que os serviços prestados são dados como concluídos pelo cliente e o direito à compensação financeira é contratualmente adquirido pela Companhia.

Conforme mencionado no item 2.4.2, sempre que aplicável, as provisões para perda em contas a receber são constituídas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas futuras na realização destes créditos. O valor da estimativa da provisão para perda é elaborado considerando as premissas descritas naquele item.

Os valores de contas a receber apresentados no Balanço Patrimonial, referem-se exclusivamente a receita de prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da Rodovia Presidente Dutra, advindos da participação da Companhia no Consórcio COPER.

### 2.5.2 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 2.5.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos, o reconhecimento dos impostos também será feito diretamente no patrimônio líquido.

#### *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

#### *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

### 2.5.4 Instrumentos financeiros

#### *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### *Classificação e mensuração subsequente*

##### (a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo é obter os fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

##### (b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- **Valor justo:** utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

#### *Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)*

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

#### 2.5.5 Benefícios a empregados

##### *Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

##### *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

#### 2.5.6 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, através do método indireto. A Companhia e suas investidas classificam na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As movimentações do caixa e equivalentes de caixa são classificadas na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aumento de capital em investidas e operações com demais partes relacionadas, enquanto que os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e captações referentes a empréstimos e financiamentos.

#### **2.6 Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes**

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes:

### 2.6.1 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamento	A deliberação nº. 859/20, aprovou alterações na IFRS 16/ CPC 06, com efeitos nos pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, bem como reajustes que se estendam após 30 de junho de 2021. Neste sentido, o arrendatário poderá optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento gerado implicitamente pela COVID-19, refere-se a uma modificação do contrato de arrendamento, e assim, registrar os efeitos nos pagamentos do arrendamento no resultado do período. Novas alterações ligadas a IFRS 16 ocorreram em março de 2021, estendendo em um ano os benefícios descritos, cujos efeitos impactam os pagamentos devidos até 30 de junho de 2022. A Companhia realizou análise dessas alterações e não identificou impactos significativos relacionados às práticas contábeis adotadas.	01/01/2021
CPC 06 (R2) - IFRS 16: Arrendamento CPC 11 - IFRS 4: Contratos de seguro CPC 40 (R1) - IFRS 7: Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 - IFRS 9: Instrumentos financeiros	A proposta poderá afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e passivos de arrendamento, ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência (LIBOR) por uma taxa de referência alternativa. A Companhia realizou análise dessas alterações e não identificou impactos significativos relacionados às práticas contábeis adotadas.	01/01/2021

### 2.6.2 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	A referida alteração tem como objetivo o esclarecimento da onerosidade de um contrato, bem como o custo relacionado ao seu respectivo cumprimento e dos custos incrementais que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	01/01/2022
IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	O objetivo da alteração visa esclarecer que as exigibilidades devem ser classificadas como circulantes ou não circulantes, a depender dos direitos que existem no final do período. Tal classificação não é afetada pelas expectativas da Companhia ou eventos após a data do relatório.	01/01/2023
IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis: emitida em fevereiro de 2021 a alteração aplica-se sobre as divulgações das políticas contábeis "materiais", e não mais "significativas". Na divulgação o IASB define o que é uma "informação de política contábil material" e explica como identificá-la. Além disso, explica não ser necessário a divulgação de informações imateriais de política contábil, no entanto, caso a Companhia opte pela divulgação, que não devem obscureça as informações contábeis relevantes.	01/01/2023
IFRS 3 - Combinação de Negócios	Com emissão ocorrida em maio de 2020, o objetivo da alteração é substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.	01/01/2022
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as Companhias registrem o tributo diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como por exemplo as transações com arrendamento, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.	01/01/2023
IFRS 17 - Contratos de seguro	Estabelece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.	01/01/2023
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.	01/01/2023

### 3. CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, incluem a consolidação das informações financeiras patrimoniais e de resultado da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

Investida	Participação no capital social total (%)		Percentual para fins de consolidação (%)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
AGC Energia S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00

#### Procedimentos de consolidação

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das companhias controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

### 4. SEGMENTOS

As informações por segmento são apresentadas em relação aos negócios e participações da Companhia que foram definidas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia. Os montantes de ativos, passivos, resultado e patrimônio líquido dos segmentos, estão sendo apresentados na nota explicativa nº 8.5.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

#### 5.1 Política contábil

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	264	545	265	546
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	12.974	13.992	12.974	13.992
	<b>13.238</b>	<b>14.537</b>	<b>13.239</b>	<b>14.538</b>

- Referem-se à certificados de depósito bancário que possuem uma remuneração média de 88% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (99% do CDI em 31 de dezembro de 2020) e aplicação financeira do consórcio COPER em fundo de investimento em renda fixa, remuneradas à taxa média 99% do CDI. Considerando o modelo de negócio adotado pela Companhia e as características contratuais destes ativos, as aplicações financeiras de liquidez imediata são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os saldos das aplicações financeiras de liquidez imediata apresentados no balanço patrimonial da controladora em 31 de dezembro de 2021 são os mesmos daqueles apresentados no balanço patrimonial consolidado e são compostos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Certificado de depósitos bancários	1.787	4.151
Operações compromissadas	54	-
Fundos de investimento	11.133	9.841
	<b>12.974</b>	<b>13.992</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

### 6.1 Política contábil

O modelo de negócio da Companhia para os títulos e valores mobiliários caracteriza-se, essencialmente, pela intenção de manter os títulos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais destes instrumentos. Estes instrumentos possuem características de fluxos de caixa que representam unicamente o pagamento de principal mais juros. Considerando estas características e as diretrizes trazidas pelo CPC 48 a Companhia classifica estes títulos e valores mobiliários como ativos financeiros ao custo amortizado.

### 6.2 Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos vinculados (a)	18.188	5.780
Fundos de investimento	-	4.216
	<b>18.188</b>	<b>9.996</b>

(a) Refere-se a conta reserva, exigida contratualmente, vinculada à 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em ações da Companhia e a valores retidos na conta reserva da 4ª Emissão de Debêntures. O aumento em 2021 foi ocasionado pelo recebimento de dividendos da CCR.

Os títulos e valores mobiliários são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitos a riscos significativos de mudança de valor e, por isto, estão integralmente reconhecidos no ativo circulante.

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

### 7.1 Política contábil

São reconhecidos nesta rubrica os saldos de créditos tributários a recuperar que se originam, substancialmente, de antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores e das retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e o referido imposto é retido pela instituição financeira. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundos de suas operações.

## 7.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRRF - Imposto de renda retido da fonte (a)	1.646	884	1.675	913
Créditos fiscais - CSLL (b)	163	1.785	163	1.785
Outros	-	21	-	21
	<b>1.809</b>	<b>2.690</b>	<b>1.838</b>	<b>2.719</b>

(a) Refere-se ao imposto de renda retido sobre os rendimentos resgatados de aplicações financeiras e de crédito de IRRF oriundo da operação do consórcio COPER e da própria Companhia;

(b) Refere-se a crédito de CSLL oriundo da operação do consórcio COPER.

A administração da Companhia acredita que realizará os referidos créditos com o curso normal de suas atividades e dentro dos próximos doze meses.

## 8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

### 8.1 Política contábil

As participações detidas pela Companhia em controladas, controladas em conjunto ou coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Para as demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos e passivos de controladas, bem como o resultado do exercício, são consolidados linha a linha, enquanto os saldos de coligadas e controladas em conjunto são mantidos pelo método de equivalência patrimonial.

Após calcular os saldos de suas participações nas investidas, através do método de equivalência patrimonial, a Companhia reconhece todas suas participações societárias com saldos positivos na rubrica de "Investimentos" no ativo e as participações societárias em investidas cujo saldo total seja negativo, se houver, serão registradas no passivo não circulante, em rubrica designada como "Provisões para perdas em investimentos".

A Companhia classifica uma investida como controlada quando possui o poder de influenciar, unilateralmente, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo o controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

As controladas em conjunto, são aquelas investidas sobre as quais a Companhia compartilha o controle com outros sócios, sem que possa exercer o controle unilateral, e que exigem consenso para que as decisões estratégicas da investida sejam aprovadas. Conforme demonstrado no item 8.2, em 31 de dezembro de 2021, à exceção da controlada AGC Energia S.A., todas as demais investidas da Companhia estão classificadas como controladas em conjunto.

### Ágios

Os ágios gerados nas aquisições das participações acionárias estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ágios possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

### 8.2 Resumo das relações de controle sobre investidas

Um resumo das relações de controle e percentuais de participação da Companhia sobre suas investidas em 31 de dezembro de 2021, pode ser assim demonstrado:

Investida	31/12/2021		31/12/2020	
	%	Relação de controle	%	Relação de controle
<b>Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos</b>				
CCR	14,86	Controlada em conjunto	14,86	Controlada em conjunto
COR	33,33	Controlada em conjunto	33,33	Controlada em conjunto
<b>Segmento Madeira Energia</b>				
SAAG	16,58	Controlada em conjunto	16,58	Controlada em conjunto
<b>Segmento Arenas</b>				
BRIO	50,00	Controlada em conjunto	50,00	Controlada em conjunto
<b>Segmento Outros</b>				
AGC Energia	100,00	Controlada	100,00	Controlada
Evolua (a)	33,33	Controlada em conjunto	28,33	Controlada em conjunto

(a) Conforme mencionado no item 1.4.2, a Companhia aumentou em 2021 a participação na investida.

### 8.3 Investimentos da Controladora - Movimentação

A seguir são apresentadas as movimentações dos investimentos da Companhia, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial da Controladora, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2020	Movimentação do período							31/12/2021	
	Saldo Investimentos / Ativos mantidos para venda	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Ganho na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Transferência para mantidos para venda	Saldo Investimentos / Ativos mantidos para venda	Provisão para perdas em investimentos
<b>Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos</b>										
CCR S.A. (a)	1.432.796	-	(44.777)	19.213	103.373	-	517	(1.511.122)	-	-
Companhia Operadora de Rodovias - COR	330	-	-	-	(513)	-	-	-	-	(183)
<b>Segmento Madeira Energia</b>										
SAAG Investimentos S.A. (b)	17.332	83	-	-	(17.258)	-	-	-	157	-
<b>Segmento Arenas</b>										
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	47.873	4.219	-	-	(55.885)	-	-	-	-	(3.793)
<b>Segmento Outros</b>										
AGC Energia S.A.	27	-	-	-	(1)	-	-	-	26	-
Evolua Energia Participações S.A.	3.155	5.799	-	2.698	(2.189)	7.373	-	-	16.836	-
<b>Total dos investimentos</b>	<b>1.501.513</b>	<b>10.101</b>	<b>(44.777)</b>	<b>21.911</b>	<b>27.527</b>	<b>7.373</b>	<b>517</b>	<b>(1.511.122)</b>	<b>17.019</b>	<b>(3.976)</b>
<b>Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda</b>										
CCR S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	1.511.122	1.511.122	-
<b>Total dos ativos mantidos para venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.511.122</b>	<b>1.511.122</b>	<b>-</b>
	<b>1.501.513</b>	<b>10.101</b>	<b>(44.777)</b>	<b>21.911</b>	<b>27.527</b>	<b>7.373</b>	<b>517</b>	<b>-</b>	<b>1.528.141</b>	<b>(3.976)</b>

	31/12/2019	Movimentação do período							31/12/2020
	Saldo do Investimento	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Ganho na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Dissolução	Saldo do Investimento
<b>Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos</b>									
CCR S.A.	1.491.377	-	(151.378)	63.892	28.387	-	518	-	1.432.796
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(349)	-	-	-	679	-	-	-	330
<b>Segmento Madeira Energia</b>									
SAAG Investimentos S.A.	46.816	65	-	-	(29.549)	-	-	-	17.332
<b>Segmento Arenas</b>									
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	53.772	5.147	-	-	(11.046)	-	-	-	47.873
<b>Segmento Outros</b>									
Dominó Holding Ltda	256	-	-	-	(121)	-	-	(135)	-
AGC Energia S.A.	40	-	-	-	(13)	-	-	-	27
Evolua Energia Participações S.A.	-	576	-	1.832	(748)	1.495	-	-	3.155
	<b>1.591.912</b>	<b>5.788</b>	<b>(151.378)</b>	<b>65.724</b>	<b>(12.411)</b>	<b>1.495</b>	<b>518</b>	<b>(135)</b>	<b>1.501.513</b>

(a) Além da participação proporcional no patrimônio da investida, encontra-se registrado nesta linha, ágio no montante de R\$290.542, proveniente da transação de compra de ações da CCR e fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da investida. Anualmente, a Companhia avalia os valores recuperáveis deste investimento e seu ágio (teste de *impairment*). A Companhia não identificou indicativos de *impairment* e, assim sendo, não constituiu provisão. Está registrado nesta conta também, o lucro não realizado na operação de venda dos aeroportos, com saldo negativo de R\$7.566 (R\$8.083 em 31 de dezembro de 2020). A realização do lucro não realizado ocorre linearmente de acordo com os prazos das concessões.

Em 07 de maio de 2021, a Companhia notificou as demais signatárias do Acordo de Acionistas da CCR sobre sua intenção de alienar a totalidade de suas ações de emissão desta investida (300.149.836 ações ordinárias, correspondentes a 14,86% do capital social da CCR). A AGPAR recebeu uma oferta vinculante da IG4 Capital Investimentos Ltda. (“Ofertante”) com as seguintes condições de valor: (i) pagamento a vista de R\$15,44 por ação, totalizando R\$4.634.313 a serem pagos no fechamento da transação; (ii) earn-out: no prazo de 12 meses a contar do fechamento da transação, a Ofertante pagaria à AGPAR o valor equivalente ao número de ações multiplicado pela diferença entre (a) 125% do preço médio ponderado por volume da ação da CCR nos 60 pregões anteriores à data de pagamento do earn-out, limitado a um preço por ação de R\$16,90, e (b) o maior entre R\$15,44 e o preço da ação da CCR no encerramento de pregão do dia útil anterior ao fechamento da transação; e (c) pagamento complementar: na hipótese de o preço da ação da CCR no encerramento do pregão do dia útil anterior ao fechamento da transação for superior a R\$15,44 (“Diferença Positiva”), a Ofertante pagaria à AGPAR, no prazo de 12 meses a contar do fechamento da transação, o valor equivalente ao número de ações multiplicado pela Diferença Positiva, acrescido da variação da taxa aplicável ao Certificado de Depósito Bancário – CDI entre a data do fechamento da transação e o efetivo pagamento complementar. O valor da Diferença Positiva, acrescido da variação do CDI, não poderia exceder R\$1,46 por ação.

Em 31 de outubro de 2021, a Companhia informou à CCR que a transação de compra de sua participação pela IG4 não seria concluída dentro do prazo de validade do Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre IG4 e AGPAR, em 25 de agosto de 2021, pois determinadas condições precedentes à transação não foram satisfeitas, incluindo (i) da conclusão da renegociação de certas dívidas junto ao Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. e (ii) da assinatura de um aditamento ao acordo de acionistas da Companhia. IG4 e AGPAR não prorrogaram o prazo de validade do Contrato, o qual expirou em 31 de outubro de 2021.

A Administração da Companhia segue constantemente avaliando as melhores alternativas para o investimento em questão.

Considerando este cenário e as premissas estabelecidas pelo CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia continua a apresentar o referido investimento como ‘ativo mantido para venda’, destacado em seu grupo de ativos circulantes.

- (b) Está reconhecido nesta rubrica, além da participação proporcional no patrimônio líquido da investida, ajuste negativo referente à dispêndios reembolsáveis reconhecidos na investida indireta Madeira Energia S.A., no valor acumulado de R\$25.900 (R\$22.013 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$3.890 no resultado do exercício.

#### 8.4 Investimentos do Consolidado - Movimentação

A seguir são apresentadas as movimentações dos investimentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial Consolidado, no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2020	Movimentação do período							31/12/2021	
	Saldo do Investimento	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Ganho na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Transferência para mantidos para venda	Saldo Investimentos / Ativos mantidos para venda	Provisão para perdas em investimentos
<b>Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos</b>										
CCR S.A.	1.432.796	-	(44.777)	19.213	103.373	-	517	(1.511.122)	-	-
Companhia Operadora de Rodovias - COR	330	-	-	-	(513)	-	-	-	-	(183)
<b>Segmento Madeira Energia</b>										
SAAG Investimentos S.A.	17.332	83	-	-	(17.258)	-	-	-	157	-
<b>Segmento Arenas</b>										
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	47.873	4.219	-	-	(55.885)	-	-	-	-	(3.793)
<b>Segmento Outros</b>										
Evolua Energia Participações S.A.	3.155	5.799	-	2.698	(2.189)	7.373	-	-	16.836	-
<b>Total dos investimentos</b>	<b>1.501.486</b>	<b>10.101</b>	<b>(44.777)</b>	<b>21.911</b>	<b>27.528</b>	<b>7.373</b>	<b>517</b>	<b>(1.511.122)</b>	<b>16.993</b>	<b>(3.976)</b>
<b>Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda</b>										
CCR S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	1.511.122	1.511.122	-
<b>Total dos ativos mantidos para venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.511.122</b>	<b>1.511.122</b>	<b>-</b>
	<b>1.501.486</b>	<b>10.101</b>	<b>(44.777)</b>	<b>21.911</b>	<b>27.528</b>	<b>7.373</b>	<b>517</b>	<b>-</b>	<b>1.528.115</b>	<b>(3.976)</b>

	31/12/2019	Movimentação do período						31/12/2020	
	Saldo do Investimento	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Ganho na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Dissolução	Saldo do Investimento
<b>Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos</b>									
CCR S.A.	1.491.377	-	(151.378)	63.892	28.387	-	518	-	1.432.796
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(349)	-	-	-	679	-	-	-	330
<b>Segmento Madeira Energia</b>									
SAAG Investimentos S.A.	46.816	65	-	-	(29.549)	-	-	-	17.332
<b>Segmento Arenas</b>									
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	53.772	5.147	-	-	(11.046)	-	-	-	47.873
<b>Segmento Outros</b>									
Dominó Holding Ltda	256	-	-	-	(121)	-	-	(135)	-
Evolua Energia Participações S.A.	-	576	-	1.832	(748)	1.495	-	-	3.155
	<b>1.591.872</b>	<b>5.788</b>	<b>(151.378)</b>	<b>65.724</b>	<b>(12.398)</b>	<b>1.495</b>	<b>518</b>	<b>(135)</b>	<b>1.501.486</b>

## 8.5 Informações relevantes sobre os investimentos

As informações sobre os saldos de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado das investidas estão apresentadas a seguir:

	Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos		Segmento Madeira Energia	Segmento Arenas	Segmento Outros	
	CCR S.A.	Companhia Operadora de Rodovias - COR	SAAG	SPE Holding Beira-Rio S.A.	AGC Energia S.A.	Evolua
<i>Informações das investidas</i>						
Ativo total	16.306.975	1.424	157.147	215.820	29	51.466
Passivo total	8.042.213	1.973	5	223.406	3	957
Capital social	6.022.942	50	1.175.011	351.359	42	22.507
Patrimônio líquido	8.264.762	(549)	157.142	(7.586)	26	50.509
Lucro (prejuízo) líquido do período	695.631	(1.538)	(80.617)	(111.771)	(1)	(7.130)
Número de ações ordinárias	2.020.000.000	20.003	6.863.497.085	364.521.554	41.720	18.548.591
Número de ações preferenciais	-	-	13.554.120.376	-	41.720	-
Número total de ações	2.020.000.000	20.003	20.417.617.461	364.521.554	83.440	18.548.591
<i>Outras informações da Companhia</i>						
Número de ações detidas	300.149.836	6.667	3.385.546.144	182.260.778	83.440	6.182.863
Participação no capital social da investida (%)	14,86%	33,33%	16,58%	50,00%	100,00%	33,33%

Outras informações relevantes sobre os investimentos da Companhia estão detalhadas abaixo:

### CCR

#### *Efeitos da pandemia do COVID-19*

A CCR acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a sua continuidade operacional e de suas subsidiárias. A CCR possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, a CCR revisa suas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda estão vigentes:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de covenants do Grupo CCR como um todo, exceto com relação ao financiamento do BNDES da BH Airport que na data-base de 31 de dezembro de 2021, não alcançou o indicador ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) que deveria ser menor que 3,5, o que obriga a concessionária, para não incorrer em vencimento antecipado, é necessária a apresentação de carta de fiança bancária pela concessionária até 30 de junho de 2022. No momento, a concessionária responsável encontra-se em discussão

antecipada com o BNDES, visando obtenção de waiver para apresentação da carta fiança, consequentemente, a dívida está apresentada no passivo circulante até o atendimento do covenant ou obtenção do waiver.

Em 15 de abril de 2021, o BNDES aprovou à BH Airport a suspensão do pagamento das parcelas com vencimento entre 15 de abril de 2021 e 15 de junho de 2021, sendo os valores das prestações suspensas incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.

- Em 13 de maio de 2021, o BNDES aprovou ao Metrô Bahia a renovação do standstill, suspendendo o pagamento das parcelas com vencimento entre 15 de maio de 2021 e 15 de outubro de 2021, sendo os valores das prestações suspensas incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.

- Em 2 de julho de 2021, o BNDES aprovou ao VLT Carioca a renovação do standstill, suspendendo o pagamento das parcelas com vencimento entre 15 de julho de 2021 e 15 de dezembro de 2021, sendo que os valores das prestações suspensas foram incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.

- Em 6 de julho de 2021, o BNDES aprovou à BH Airport a suspensão do pagamento das parcelas com vencimento entre 15 de julho de 2021 e 15 de dezembro de 2021, sem custos adicionais, sendo que os valores foram incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. Além disso, foram aprovadas a alteração do sistema de amortização do contrato para tabela Price e a liberação do saldo vinculado à conta reserva, cuja recomposição deverá ocorrer em até seis meses após a retomada do pagamento das parcelas.

#### *CCR - Termo de Autocomposição, Acordo de Leniência e Programa de Incentivo à Colaboração*

##### *Termo de Autocomposição*

Em 29 de novembro de 2018, a CCR celebrou Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual se comprometeu a pagar a quantia de R\$81.530, sendo R\$64.530 para o Estado de São Paulo e R\$17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor original de R\$49.265 e a segunda de R\$32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à CCR por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A CCR reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

##### *Acordo de Leniência*

Em 06 de março de 2019, a CCR divulgou Fato Relevante informando que, sua controlada RodoNorte celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Paraná, pelo qual a controlada se comprometeu a (i) pagar o valor de R\$35.000 a título de multa prevista na Lei de improbidade; (ii) arcar com R\$350.000, atualizado semestralmente pela Selic, a título de redução em 30% da tarifa de pedágio em favor dos usuários em todas as praças de pedágio por ela operadas por, pelo menos, 12 meses; e (iii) executar obras nas rodovias por ela operadas no valor total de R\$365.000, atualizado semestralmente pela Selic. O valor total de R\$750.000 foi integralmente provisionado no exercício de 2018. Em 28 de março de 2019, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal homologou o Acordo de Leniência. A multa, no valor de R\$35.000, foi paga em 26 de abril de 2019, o início do desconto tarifário ocorreu em 27 de abril de 2019 e foi concluído em 13 de outubro de 2020 e os gastos com a execução de obras iniciaram-se em novembro de 2019. Em 27 de novembro de 2021, estavam concluídas todas as obras e obrigações pactuadas.

### *Programa de Incentivo à Colaboração*

Em reunião realizada em 1º de novembro de 2018, o Conselho de Administração da CCR (a) tendo verificado o limite de atuação do Comitê Independente, criado pelo Conselho de Administração e responsável pelos trabalhos de apuração dos fatos divulgados na imprensa e conexos envolvendo a CCR e suas controladas; (b) com base na recomendação de seus advogados externos, no sentido de que sem o completo esclarecimento dos fatos era inviável a aceitação dos acordos de leniência pelas autoridades competentes; e (c) diante das possíveis consequências para os envolvidos que se dispusessem a colaborar com as autoridades competentes, aprovou a criação de um Programa de Incentivo à Colaboração (PIC) que assegurou àqueles colaboradores certos direitos, e também preservou o interesse do Grupo CCR, evitando a sua exposição a graves riscos, inclusive de continuidade de seus negócios. Em AGE ocorrida em 22 de abril de 2019, o PIC foi ratificado.

A CCR celebrou contratos, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$27.891, o qual resulta do saldo de R\$41.000 em 31 de dezembro de 2020, atualizado pelo IPCA e diminuído dos valores já pagos.

O saldo de R\$27.891 será pago da seguinte forma: (i) R\$18.342 até novembro de 2023; e (ii) R\$218 referente ao saldo de penas pecuniárias, que está sendo pago em 3 parcelas semestrais, tendo sido a primeira parcela paga na data da homologação de cada acordo individual de cada colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a CCR incorreu em despesas de R\$3.812 relativas a reembolso aos participantes.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras.

A CCR continuará contribuindo com as autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

## **MESA**

### *Efeitos da pandemia do COVID-19*

Tão logo a Santo Antônio Energia S.A. controlada da MESA, tomou conhecimento da propagação do vírus no Brasil, instalou um comitê permanente de crise, que imediatamente adotou as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde e pela sua área médica, para proteção dos seus integrantes sem deixar de garantir a geração plena de energia para o sistema elétrico brasileiro.

No âmbito comercial, os clientes estão 100% adimplentes, tanto no ACL (contratos de compra e venda no mercado livre) como no ACR (contratos de compra e venda no mercado regulado). Muito contribuiu para a total adimplência verificada no mercado regulado as diversas medidas adotadas pelo Poder Executivo, MME e ANEEL visando a mitigação dos efeitos da COVID-19.

Com a adoção das medidas preventivas para evitar o contágio, o quadro de profissionais atuando na Usina foi consideravelmente reduzido, priorizando, assim, as manutenções preventivas cotidianas das unidades geradoras da UHE Santo Antônio. Por consequência não foram realizadas as intervenções programadas para as manutenções de longa duração e revisões periódicas, gerando, portanto, um impacto nas manutenções, que podem causar indisponibilidades por paradas programadas e forçadas das unidades geradoras no decorrer de 2021, com possíveis impactos no FID (Fator de Disponibilidade) da Usina.

A fim de evitar impactos financeiros, a Santo Antônio Energia S.A. desenvolveu tratativas com o Poder Concedente para que as horas de indisponibilidades da UHE Santo Antônio fossem expurgadas por conta da pandemia COVID-19. Neste sentido, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 033/2021-SRG-SFG/ANEEL que recomendou encaminhar o processo para deliberação da Diretoria Colegiada da ANEEL com vistas a autorizar referido expurgo, de forma excepcional, e enquanto perdurarem as medidas restritivas relacionadas à pandemia da COVID-19. Uma vez aprovada, pela Diretoria da ANEEL, a Santo Antônio Energia S.A. encaminhará a questão para o ONS a fim de operacionalizar o expurgo das indisponibilidades que lhe foram imputadas.

Considerando os indicadores de redução da pandemia, somado ao aumento da taxa imunização da população, a partir do terceiro trimestre de 2021, as atividades de manutenção e operação retornaram ao seu regime normal de escala de trabalho, com atuação presencial de 100% dos integrantes.

Adicionalmente, como parte do processo de elaboração destas demonstrações financeiras, a Santo Antônio Energia S.A preparou um relatório de avaliação com o objetivo de identificar os fatores operacionais e financeiros associados à Pandemia da COVID-19 que pudessem causar efeito adverso na sua posição patrimonial e financeira.

Os procedimentos realizados serviram de base para a conclusão da sua Administração de não existirem indicativos de impactos significativos no plano de negócios (PN) da Santo Antônio Energia S.A., controlada da MESA, que poderiam afetar de forma significativa as estimativas de realização dos ativos e dos resultados futuros.

### *Parna Matinguari*

Em 3 de fevereiro de 2021, a Santo Antônio Energia S.A., controlada da MESA, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, comunicou, a seus acionistas e ao mercado em geral, que na mesma data requereu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) o ajuste temporário da Licença de Operação Nº 1044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação, emitida 04/12/2019, em face da existência de parâmetros estabelecidos para a operação da Usina vis-à-vis às condições naturais do rio Madeira, especialmente o carregamento de grande quantidade de sedimentos, com o consequente assoreamento do seu leito.

O requerimento de ajuste temporário decorre da dificuldade de atendimento dos limites estabelecidos na referida Licença pelo agravamento do fenômeno do assoreamento mencionado, enquanto não aprovado o Projeto de Lei nº 11.133/2018 que tramita no Congresso Nacional desde 5 de dezembro de 2018. Referido Projeto de Lei estabelece a desafetação de uma área - definida pelas autoridades ambientais - equivalente a 0,03% do Parque Nacional Matinguari, no estado de Rondônia.

O atendimento dos parâmetros atualmente estabelecidos para operação da Usina, sem a desafetação a ser promovida pelo projeto de lei, implica a necessidade de deplecionamento do reservatório a um nível que colocaria em risco a integridade das instalações do “Log Boom” e paralisaria a operação do Sistema de Transposição de Peixes, cuja operação contínua é uma das condicionantes do licenciamento a ser permanentemente atendida.

A Santo Antônio Energia S.A. espera um pronto endereçamento da questão pelos órgãos ambientais, especialmente o IBAMA, considerando a elevação das vazões do rio Madeira que ocorre sazonalmente no mês de fevereiro, de modo a manter a operação normal da Usina, evitando o deplecionamento do reservatório, com as consequências citadas.

A Santo Antônio Energia S.A. vem monitorando a evolução das vazões do rio Madeira e mantendo o IBAMA e demais autoridades informadas em razão da urgência da questão.

Em face desse monitoramento e à vista do aumento verificado na vazão do rio madeira, em 12 de fevereiro de 2021 a Santo Antônio Energia S.A. ajuizou ação na Justiça Federal requerendo tutela de urgência (liminar), que lhe foi deferida em 13 de fevereiro, para que seja autorizada continuar operando a Usina sem colocar em risco a integridade das instalações e atendendo à confiabilidade do suprimento energético do Acre-Rondônia durante a Pandemia, podendo eventualmente ultrapassar a cota estabelecida para o Parna Matinguari, até que o IBAMA aprecie o requerimento a ele apresentado.

Em 5 de abril de 2021, o IBAMA e ICMBio apresentaram Agravo de Instrumento. Em vista das tratativas desenvolvidas na esfera administrativa, em 20 de julho de 2021, a Santo Antônio Energia S.A., o ICMBio e o IBAMA concordaram com a suspensão do processo por 6 meses, contados a partir da decisão. As partes continuam em tratativas de um acordo.

A liminar deferida em 13/02/2021 permanece vigente até que sobrevenha nova decisão judicial específica sobre sua validade.

Até a data destas demonstrações financeiras não foram identificados impactos a serem reconhecidos. A Santo Antônio Energia S.A. continuará mantendo os seus acionistas e o mercado devidamente informados sobre o andamento e as repercussões do tema.

### *Repactuação GSF - Lei 14.052/2020*

Em 8 de setembro de 2020, com o objetivo de atenuar parte dos efeitos do GSF incidente sobre a parcela de energia comercializada no ACL, foi sancionada a Lei 14.052/2020 que estabeleceu o ressarcimento às usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e Energia Vertida Turbinável - EVT decorrente de restrições de transmissão.

Em 3 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 estabelecendo a metodologia de cálculo para compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE e estabeleceu que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE apresentasse, no prazo de noventa dias, os resultados dos cálculos de extensão de outorga de cada usina.

Em 14 de dezembro de 2020, a Santo Antônio Energia S.A., bem como outros agentes, apresentou pedidos de reconsideração em face da referida Resolução. Um dos itens dos pedidos foi acatado na reunião de Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de março de 2021, ficando pendente de deliberação outros itens dos pedidos de reconsideração.

Em 13 de julho de 2021, foi sancionada a Lei 14.182/2021 que dispõe sobre a desestatização da Eletrobrás, mantendo as emendas aprovadas pelo Congresso que altera a redação da Lei nº 13.203/2015, para:

- I. Reconhecer a integralidade da garantia física da usina como parcela de energia não repactuada.
- II. Compensar as usinas estruturantes dos efeitos causados pela antecipação de garantia física.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.932/2021 publicada em 14 de setembro de 2021, a Diretoria da ANEEL homologou os cálculos da CCEE de extensão de concessão de todas as usinas abrangidas pela Lei 14.182/2021, inclusive da UHE Santo Antônio:

Impacto Financeiro (base dez/2020) - R\$831.025.

Extensão da Concessão em dias - 1.554,3.

Extensão da Concessão em anos - 4 anos e 3 meses.

Após a publicação da REH nº 2.932/2021, os outorgados interessados deveriam, em até 60 dias, realizar a manifestação de adesão, desistindo das ações judiciais do GSF e renunciando ao direito de ações judiciais sobre o tema.

Conforme Art. 2º-B da Lei 14.052/2020, a compensação prevista na referida Lei será concedida ao agente titular da outorga vigente de geração, desde que este, cumulativamente:

- I. Tenha desistido da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciado a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação.
- II. Não tenha repactuado o risco hidrológico para a respectiva parcela de energia.

Ainda, o § 1º do art. 2º B prevê que na hipótese em que o agente não seja litigante ou que não seja apontado como beneficiário na inicial da ação ajuizada por associação representativa de classe da qual o titular faça parte, a compensação prevista na Lei fica condicionada à assinatura de termo de compromisso elaborado pela Aneel, com declaração de renúncia a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

Em 29 de setembro de 2021, o Conselho de Administração da MESA autorizou a assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE nos termos da Lei 13.203/2015, alterada pelas Leis 14.052/2020 e 14.182/2021, regulamentada pelas Resoluções Normativas ANEEL 895 de 2020 e 945 de 2021.

A Santo Antônio Energia S.A. não possui ações judiciais para desistência, pois o fez em maio/2016 (com efeitos retroativos a 2015), na ocasião da adesão à Repactuação do Risco Hidrológico da parcela de energia do ACR.

A Santo Antônio Energia S.A., fez o reconhecimento contábil do ativo intangível considerando o valor calculado pela CCEE com base nos parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel na data base de setembro de 2021, totalizando R\$890.351.

Em 27 de outubro de 2021, a Santo Antônio Energia S.A. formalizou à ANEEL a entrega do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Aguarda-se a instrução do processo pela Agência e posterior assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

#### *Procedimento Arbitral CAM 115/18*

Em relação ao aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018, os acionistas SAAG Investimentos S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A. ajuizaram tutela de urgência antecedente ao procedimento arbitral objetivando suspender seus efeitos, que foi indeferida em 1ª e 2ª instâncias.

A deliberação, contudo, está sendo questionada em procedimento arbitral em trâmite perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, cujo Termo de Arbitragem foi assinado em 10 de junho de 2019.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença, estando em curso o prazo de esclarecimentos, já apresentados pela MESA. Os assessores jurídicos classificam o prognóstico de perda deste procedimento arbitral como provável. A MESA provisiona a perda estimada de R\$ 754.670 no passivo circulante em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

#### *Estrutura de capital e capital circulante líquido*

A MESA vem acumulando prejuízos recorrentes em seu patrimônio líquido - R\$8.373.079 em 31 de dezembro de 2021 (R\$8.360.693 em 31 de dezembro de 2020) decorrentes principalmente das despesas financeiras dos financiamentos e dos custos do serviço de energia elétrica, bem como apresenta capital circulante líquido (CCL) negativo de R\$1.381.644 (R\$204.792 negativo em 31 de dezembro de 2020) decorrentes, principalmente, das contas "Empréstimos e financiamentos", "Debêntures", "Provisões Socioambientais" e Provisões para Contingências.

As hidrelétricas constituídas sob o formato de "Project Finance", estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira.

A Santo Antônio Energia S.A. conta com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo, cujos registros dos recebíveis no circulante, em atendimento às normas contábeis, só contemplam os valores efetivamente faturados relativos a um mês de suprimento de energia, diferentemente dos desembolsos com os financiamentos que contemplam os valores a pagar relativos aos próximos 12 meses.

A Administração da MESA elaborou um plano de recuperação de caixa com ações de curto e longo prazo, que considera: (i) a liberação dos recursos da conta reserva estática e a desobrigação das composições; (ii) a postergação de 7 parcelas dos pagamentos (Standstill) dos empréstimos, entre dezembro/21 e junho/22; (iii) a implantação de um programa permanente de reduções de custos-Preserve Sempre; (iv) a realização de estudos que poderão modificar a estrutura de capital. Estas ações baseiam-se no plano de negócios da Santo Antônio Energia S.A. aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2021, que abarcam um conjunto de premissas alinhadas com o plano estratégico da Santo Antônio Energia S.A..

A Administração da MESA acompanha continuamente a saúde financeira da companhia e de sua controlada Santo Antônio Energia S.A. e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais. Tais ações têm se mostrado eficientes para a continuidade e sustentabilidade dos negócios, com a conclusão, pela Administração da MESA, de que a companhia e a Santo Antônio Energia S.A. possuem condições de dar continuidade às suas operações e cumprir com as suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados.

## 9. DEMAIS ATIVOS

### 9.1 Composição

O saldo de demais ativos do Não Circulante refere-se a adiantamentos efetuados a terceiros para desenvolvimento de novos projetos ligados à atividade operacional da Companhia. A Administração da Companhia tem acordado que os valores adiantados serão ressarcidos quando da conclusão dos projetos em andamento.

## 10. INTANGÍVEL

### 10.1 Política contábil

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicáveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

### 10.2 Movimentação

	Saldo 31/12/2020	Amortização	Transferência	Saldo 31/12/2021
Direito sobre fee de desenvolvimento	16.204	-	(16.204)	-
Outros ativos intangíveis	821	(821)	-	-
	<b>17.025</b>	<b>(821)</b>	<b>(16.204)</b>	<b>-</b>

## 11. ARRENDAMENTOS

### 11.1 Política contábil

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

#### Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento para demonstrar o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

#### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos

variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando houver.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

#### *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

## 11.2 Composição

Arrendamentos	31/12/2020	Adições	Amortização	Juros	Pagamentos		31/12/2021
					Principal	Juros	
<b>Direito de uso com arrendamentos</b>							
Imóveis	108	1.171	(1.179)	-	-	-	100
	<b>108</b>		<b>(1.179)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>Financiamentos com arrendamentos</b>							
Imóveis	85	1.171	-	22	(1.189)	(22)	67
	<b>85</b>		<b>-</b>	<b>22</b>	<b>(1.189)</b>	<b>(22)</b>	<b>67</b>

## 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

### 12.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	88	432	90	434
PIS	14	93	14	93
IRRF	435	434	435	434
ISS	5	172	5	172
PIS/COFINS/CSLL	72	115	72	115
Outros	3	97	4	98
	<b>617</b>	<b>1.343</b>	<b>620</b>	<b>1.346</b>

Os saldos nessa rubrica se referem, substancialmente, aos impostos oriundos da operação do consórcio COPER e, em 31 de dezembro de 2021, estão integralmente classificados como passivo circulante.

## 13. DEBÊNTURES A PAGAR

### 13.1 Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados,

eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todas as debêntures emitidas estão classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2021.

### 13.2 Composição

Emissão	Natureza	Data da captação	Data de Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em	
						31/12/2021	31/12/2020
1ª	Debêntures (a)	03/10/2011	15/10/2031	TJLP +1,65%	263.424	335.441	319.831
4ª	Debêntures (b)	06/01/2017	02/05/2024	100% do CDI + 2,15%	1.600.000	1.574.319	1.497.952
5ª	Debêntures (c)	18/12/2019	09/12/2025	100% do CDI + 4,90%	312.500	304.296	297.498
6ª	Debêntures (d)	18/12/2019	09/12/2025	100% do CDI + 3,40%	62.500	63.142	59.496
					<b>2.238.424</b>	<b>2.277.198</b>	<b>2.174.777</b>
					Circulante	870.742	408.930
					Não circulante	1.406.456	1.765.847

### Principais informações sobre os empréstimos e financiamentos

#### (a) 1ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em Assembleias realizadas em 21 de dezembro de 2010 e 23 de setembro de 2011, a Administração da Companhia aprovou a 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia, sendo o subscritor o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), tendo como banco operador o Banco da Amazônia e tendo como gestor a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). Foram emitidas 263.424.210 debêntures, escriturais, divididas em quatro séries, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

No último trimestre de 2011 e no primeiro de 2012 a Companhia recebeu os recursos previstos referentes à primeira, segunda e terceira parcelas mencionadas abaixo. A Companhia recebeu em outubro de 2012 a quarta parcela constante do quadro abaixo.

#### Liberações

Série	Valor unitário (R\$)	Quantidade de debêntures	Valor total (R\$ mil)
1ª	1,00	97.796.208	97.796
2ª	1,00	60.422.943	60.423
3ª	1,00	60.422.943	60.423
4ª	1,00	44.782.116	44.782
		<b>263.424.210</b>	<b>263.424</b>

#### Vencimento

As debêntures vencerão em outubro de 2031, com amortização em 35 parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento em outubro de 2016 e a última no dia 15 de outubro de 2031.

### Remuneração

Custo básico: Atualização correspondente à variação acumulada da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos, em regime de capitalização composta, incidente sobre o saldo do valor nominal das Debêntures, a partir da data de sua integralização.

Juros: Incide sobre os saldos dos valores nominais das Debêntures, acrescidos do custo básico mencionado no item anterior, juros à taxa efetiva de 1,50% a.a., base 360 dias, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigidos semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada, ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Del Credere: A partir da data da integralização das debêntures, sobre os saldos dos valores nominais das debêntures, acrescidos do custo básico, incidirão encargos à taxa efetiva de 0,15% a.a., base 360 dias, a título de *del credere*, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigido semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

### Conversibilidade

A SUDAM, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou de resgate, poderá optar por converter as debêntures subscritas em ações preferenciais, sem direito a voto da Companhia, respeitando o limite de 50% no montante subscrito. Caso a SUDAM não opte pela conversão, fica a Companhia obrigada a efetuar os pagamentos semestrais e o resgate total dos títulos, no respectivo vencimento. Cada parcela das debêntures a ser convertida corresponderá a um número inteiro de ações obtido pela divisão do valor do montante a ser convertido pelo preço de emissão de cada ação.

O preço de conversão das ações será equivalente ao menor dos seguintes valores: (a) cotação média dos últimos trinta dias em que foram negociadas em bolsas de valores nacionais; ou (b) valor acionário decorrente de avaliação da Companhia, considerado o método de fluxo de caixa descontado, consideradas todas as participações acionárias detidas pela Companhia, segundo avaliação a ser realizada por Banco de Investimento de primeira linha, contratado de comum acordo entre a Companhia e a SUDAM.

#### (b) 4ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 06 de janeiro de 2017, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Foram emitidas 1.600.000 debêntures em série única, no valor nominal de R\$1 (hum mil reais), no montante de R\$1.600.000 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), com prazo de vencimento final em novembro de 2022.

Em 14 de novembro de 2019, os debenturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debenturistas (i) a adesão a oferta de resgate parcial de debêntures; (ii) alteração da remuneração das debêntures e da data de pagamento da mesma e; (iii) a prorrogação do prazo de vencimento das debentures para maio de 2024.

Em 18 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou uma oferta de resgate antecipado parcial de 100.600 (cem mil e seiscentas) debêntures, com o conseqüente cancelamento de tais debêntures.

Em 30 de novembro de 2021, os debenturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debenturistas: (i) alteração da data de pagamento da remuneração das debêntures e; (ii) a prorrogação do prazo de pagamento da primeira amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, cujas datas passaram a ser 02 de fevereiro de 2022.

Nos termos previstos na escritura de emissão, o saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado até 02 de maio de 2024.

#### (c) 5ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 09 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de

distribuição. Foram emitidas 312.500 (trezentas e doze mil e quinhentas) com valor nominal unitário de R\$1 (hum mil reais) cada e valor nominal total de R\$312.500 (Trezentos e doze milhões e quinhentos mil reais).

O valor nominal unitário das debêntures passou para (i) R\$994,07201501, após a amortização extraordinária ocorrida em 04 de novembro de 2020; (ii) R\$1.001,52755512, a partir de 09 de dezembro de 2021, em razão da incorporação do waiver fee de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário na referida data; e (iii) R\$ 994,98859197 após a amortização extraordinária ocorrida em 28 de janeiro de 2022.

As debêntures possuem prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses contados da data de emissão, que será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais com vencimento final em 09 de dezembro de 2025.

(d) 6ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 09 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 6ª (Sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada. Foram emitidas 62.500 (sessenta e dois mil e quinhentas) com valor nominal unitário de R\$1 (hum mil reais) cada e valor nominal total de R\$62.500 (Sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais).

O valor nominal unitário das debêntures passou para (i) R\$994,07201501, após a amortização extraordinária ocorrida em 04 de novembro de 2020; e (ii) R\$ 987,80128821 após a amortização extraordinária ocorrida em 28 de janeiro de 2022.

As debêntures terão prazo de vencimento para dezembro de 2025, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura da 6ª Emissão. O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais com vencimento final em 09 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a Companhia se comprometeu a pagar aos debenturistas prêmio apurado em cada uma das datas de verificação nos termos da Escritura da 6ª Emissão, conforme aditada de tempos em tempos.

## Garantias

Os empréstimos mencionados nos itens (b), (c) e (d) contam com a garantia da alienação fiduciária de ações de emissão da CCR e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes dos direitos econômicos destas ações.

Em 31 de dezembro de 2021, estavam alienadas (i) em favor da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 157.874.511 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças firmado em 30 de dezembro de 2016 e aditado em 17 de novembro de 2017, 17 de agosto de 2018, 12 de dezembro de 2018, 28 de fevereiro de 2019, 16 de agosto de 2019, 1º de novembro de 2019 e em 18 de dezembro de 2019 e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos Sobre Contas e Outras Avenças firmado em 30 de dezembro de 2016 e aditado em 25/09/2017, 12/12/2018, 28/02/2019, em 16 de agosto de 2019 1º de novembro de 2019 e em 18 de dezembro de 2019 ambos firmados entre a Companhia e, de outro lado, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante dos Debenturistas da 4ª Emissão de Debentures da Companhia e o Banco do Brasil S.A. (ii) em favor da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Simplific"), 32.698.873 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças firmado em 4 de dezembro de 2019 e aditado em 18 de dezembro de 2019 firmado entre a Companhia e, de outro lado, a Simplific, na qualidade de representante dos Debenturistas da 5ª e 6ª Emissões de Debentures da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 também se encontravam alienadas 109.576.452 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios em favor da TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. ("TMF"), na qualidade de representante dos Agente de Garantia Local de novas notas 9.500% *Senior Secured Notes due 2024* ("Notes") emitidas pela Andrade Gutierrez International S.A. ("AGINT") no mercado internacional em dezembro de 2019, no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária e Outras Avenças em 4 de dezembro de 2019 e aditado em 18 de dezembro de 2019. As demais ações da CCR (190.573.384) também estão oneradas à TMF com efeito suspensivo, aguardando liberação pelos credores das dívidas mencionadas nos itens (c) (e) e (f).

O empréstimo mencionado no item (a), conta com as garantias de penhor de dividendos assim compreendidos como todos os proventos, frutos ou rendimentos de livre movimentação relativos às ações de emissão da Madeira Energia S.A. e da conta reserva equivalente a 2 vezes o serviço da dívida (principal + encargos), conforme informado no item (a) da Nota explicativa 5.

**Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos**

Os vencimentos dos empréstimos no longo prazo podem ser assim demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	396.824
2023	550.773	546.778
2024	552.693	548.698
2025	104.229	100.249
Após 2025	198.761	173.298
	<b>1.406.456</b>	<b>1.765.847</b>

**Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento**

As movimentações das debêntures a pagar da Companhia, conciliada com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2021
1ª Emissão	319.831	-	(2.977)	(2.801)	21.388	-	335.441
4ª Emissão	1.497.952	-	-	(26.204)	99.281	3.290	1.574.319
5ª Emissão	297.498	-	-	(23.787)	27.851	2.734	304.296
6ª Emissão	59.496	-	-	(1.751)	4.850	547	63.142
	<b>2.174.777</b>	-	<b>(2.977)</b>	<b>(54.543)</b>	<b>153.370</b>	<b>6.571</b>	<b>2.277.198</b>

	31/12/2019	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2020
1ª Emissão	332.320	-	(28.343)	(5.466)	21.320	-	319.831
4ª Emissão	1.500.627	-	-	(80.716)	74.751	3.290	1.497.952
5ª Emissão	298.007	-	(1.852)	(19.197)	19.405	1.135	297.498
6ª Emissão	59.597	-	(370)	(3.839)	3.881	227	59.496
	<b>2.190.551</b>	-	<b>(30.565)</b>	<b>(109.218)</b>	<b>119.357</b>	<b>4.652</b>	<b>2.174.777</b>

**14. PARTES RELACIONADAS**

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de partes relacionadas apresentados no balanço patrimonial da Controladora são os mesmos do Consolidado, uma vez que estes saldos são mantidos com entidades relacionadas que não pertencem à estrutura de consolidação da Companhia.

Os referidos saldos podem ser assim demonstrados:

	Natureza	31/12/2021		31/12/2020	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Ativo (passivo) circulante</b>					
<i>Controladas em conjunto</i>					
CCR S.A. (a)	Dividendos	1.722	-	6.765	-
<i>Outras partes relacionadas</i>					
Consórcio COPER	Outros	-	(211)	-	(370)
Companhia Operadora de Rodovias (b)	Outros	314	-	-	(8.572)
Outros	Outros	-	(85)	-	(1.425)
<b>Saldos de ativos (passivos) circulantes</b>		<b>2.036</b>	<b>(296)</b>	<b>6.765</b>	<b>(10.367)</b>
<b>Ativo (passivo) não circulante</b>					
<i>Controladora</i>					
Andrade Gutierrez S.A. (c)	Mútuo	214.990	(41)	250.584	(41)
<i>Outras partes relacionadas</i>					
Telis Participações S.A. (d)	Mútuo	20.009	-	19.166	-
<b>Saldos de ativos (passivos) não circulantes</b>		<b>234.999</b>	<b>(41)</b>	<b>269.750</b>	<b>(41)</b>
<b>Total dos saldos com partes relacionadas</b>		<b>237.035</b>	<b>(337)</b>	<b>276.515</b>	<b>(10.408)</b>

(a) Saldo a receber referente ao dividendo mínimo obrigatório sobre os lucros apurados no exercício de 2021;

(b) Refere-se a repasse de custos de pessoal entre o consórcio COPER e a consorciada Companhia Operadora de Rodovias;

(c) Se referem a mútuos com a controladora, que possuem vencimentos previstos até 2025;

(d) Mútuo com vencimento em abril de 2023.

As transações de mútuos a receber entre a Companhia e suas partes relacionadas, são realizadas em condições negociadas entre as partes, as quais podem ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

## 15. PROVISÕES PARA PERDAS E RISCOS

### 15.1 Política contábil

A Companhia revisa periodicamente sua exposição à possíveis provisões para riscos. Estas exposições são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos, e uma provisão para contingência é reconhecida no balanço patrimonial quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado.

Podem existir ainda, processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, onde apenas é exigido a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidos quaisquer provisões ou divulgação.

Os valores das provisões para risco são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração acompanha periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões (sempre que surgirem novos processos com prognóstico de perda provável ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda) ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

## 15.2 Composição

As provisões para contingências refletem a opinião de assessores jurídicos (internos e externos) de que a Companhia e sua controlada incorrem em risco provável de perda em ações judiciais de qualquer natureza.

## 15.3 Movimentação

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2020	Adições	Reversões	Baixas	Provisões em 31/12/2021
Cíveis (a)	112.184	52.873	-	-	165.057
Trabalhistas (b)	566	-	-	(551)	15
	<b>112.750</b>	<b>52.873</b>	-	<b>(551)</b>	<b>165.072</b>

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2019	Adições	Reversões	Baixas	Provisões em 31/12/2020
Cíveis	80.659	31.525	-	-	112.184
Trabalhistas	841	457	(291)	(441)	566
	<b>81.500</b>	<b>31.982</b>	<b>(291)</b>	<b>(441)</b>	<b>112.750</b>

- (a) Em relação à arbitragem instaurada pelo Fundo de Investimento em Participações Melbourne contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2021 o saldo de provisão para contingências cíveis era de R\$165.057, considerando sentença proferida por tribunal arbitral, no qual a Companhia é requerida a reembolsar perdas indenizatórias a terceiro, referente à operação de alienação de participação acionária na SAAG, realizada no ano de 2014. O procedimento se encerrou em uma parte, tendo havido julgamento dos pedidos de esclarecimento, e, em outra parte, está em fase de liquidação da sentença parcial. O FIP Melbourne iniciou cumprimento de sentença. Os valores da referida provisão contemplam apenas os valores nos quais os assessores jurídicos da Companhia entendem que há risco de perda provável. Os demais temas dependem de liquidação específica e não foram considerados pelos assessores como risco de perda provável.
- (b) Adicionalmente, esta rubrica contempla valores advindos da operação do consórcio COPER, no valor de R\$15, referem-se substancialmente a provisões para contingências trabalhistas.

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 16.1. Capital Social

#### 16.1.1. Política contábil

##### *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, na rubrica de capital social. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

##### *Ações preferenciais*

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido, na rubrica de capital social, caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

#### 16.1.2. Composição

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$2.377, representado por 430.811.099 ações ordinárias e 861.585.307 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

## 16.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e sua destinação é limitada à compensação de prejuízos acumulados e ao aumento de capital da Companhia.

## 16.3 Reserva de lucros ou prejuízos acumulados

A reserva de retenção de lucros ou os prejuízos acumulados representam o resultado não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios ou os valores acumulados dos prejuízos apurados no exercício e/ou exercícios anteriores. A compensação de prejuízos com saldos de reservas de lucros ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucro (parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76).

## 16.4 Resultados abrangentes – ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se, substancialmente, a ajustes patrimoniais reflexos, advindos de mutações patrimoniais ocorridas no patrimônio líquido das investidas. A demonstração dos resultados abrangentes oferece detalhes sobre as origens de tais operações.

## 16.5 Ações em tesouraria

Em fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a recompra de ações de sua própria emissão, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de ações em tesouraria é de R\$85, correspondente a 7.684 (sete mil seiscentos e oitenta e quatro) ações ordinárias e 714 (setecentos e quatorze) ações preferenciais.

## 17. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

### 17.1 Política contábil

Respeitadas as determinações trazidas pela nova norma de reconhecimento de receitas, CPC 47, as receitas de serviços de operação e manutenção são reconhecidas de acordo com as bases contratuais estabelecidas, respeitando o reconhecimento, por parte dos clientes, da prestação adequada dos serviços e, geralmente, representam um fluxo contínuo de geração de direitos de receber por parte da Companhia em contraparte ao fornecimento de serviços.

### 17.2 Composição

As receitas operacionais da Companhia advêm da prestação de serviços de operação e manutenção da Rodovia Presidente Dutra – BR 116 / RJ-SP, executados pelo consórcio COPER, no qual a Companhia possui participação de 32,67%, conforme comentado no contexto operacional.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de operação e manutenção	31.531	177.905
<b>Total da receita bruta</b>	<b>31.531</b>	<b>177.905</b>
Impostos sobre a receita bruta	(3.476)	(20.426)
<b>Total da receita líquida dos serviços prestados</b>	<b>28.055</b>	<b>157.479</b>

## 18. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com pessoal	(13.712)	(56.034)	(13.712)	(56.034)
Serviços de terceiros	(19.859)	(46.058)	(19.859)	(46.058)
Materiais	(1.992)	(6.985)	(1.992)	(6.985)
Despesa tributária	(545)	(3.084)	(545)	(3.094)
Depreciação e amortização	(2.008)	(15.164)	(2.008)	(15.164)
Outras	(418)	(763)	(419)	(763)
	<b>(38.534)</b>	<b>(128.088)</b>	<b>(38.535)</b>	<b>(128.098)</b>
Custos dos serviços prestados	(14.539)	(72.615)	(14.539)	(72.615)
Despesas gerais e administrativas	(23.995)	(55.473)	(23.996)	(55.483)

Os custos dos serviços prestados são provenientes da participação da Companhia no consórcio COPER.

## 19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDO

O valor das outras receitas e despesas apresentada na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2021 R\$9.110 (R\$1.483 em 31 de dezembro de 2020), se refere, substancialmente, ao exercício, pela Companhia, do bônus de subscrição da investida Evolua Participações S.A.

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

### 20.1 Política contábil

As receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, os quais são registrados no resultado do exercício e atualizações monetárias sobre tributos a recuperar.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros apropriados sobre os passivos financeiros, especialmente empréstimos bancários e debêntures, e a remuneração sobre cessão de direitos creditórios oriundos da operação do consórcio COPER. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis também são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### 20.2 Composição

O resultado financeiro é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	561	830	561	830
Juros sobre créditos com partes relacionadas	10.771	9.215	10.771	9.215
Outras receitas financeiras	93	271	93	271
	<b>11.425</b>	<b>10.316</b>	<b>11.425</b>	<b>10.316</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos bancários e debêntures	(153.370)	(119.357)	(153.370)	(119.357)
Remuneração sobre direitos creditórios	(1.006)	(19.432)	(1.006)	(19.432)
Outras despesas financeiras (a)	(16.266)	(7.445)	(16.266)	(7.448)
	<b>(170.642)</b>	<b>(146.234)</b>	<b>(170.642)</b>	<b>(146.237)</b>
<b>Total das receitas e despesas financeiras, líquido</b>	<b>(159.217)</b>	<b>(135.918)</b>	<b>(159.217)</b>	<b>(135.921)</b>

(a) Nessa rubrica consta R\$8.525 referente aos assessores financeiros responsáveis pela renegociação das debêntures.

## 21. RESULTADO POR AÇÃO

### 21.1 Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

### 21.2 Composição

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33), a Companhia deve calcular o resultado básico e diluído por ação, considerando o resultado líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. No cálculo efetuado, foi considerada a remuneração adicional de 10% que as ações preferenciais fazem jus frente as ações ordinárias, conforme definido no Estatuto da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o resultado básico por ação pode ser diluído, em função da conversibilidade das debêntures referentes a 1º emissão da Companhia, e os cálculos podem ser assim demonstrados:

<b>Resultado básico por ação</b> (Em milhares, exceto valor por ação)	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Resultado líquido do exercício	(185.381)	(148.478)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(185.381)	(148.478)
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(57.933)	(46.401)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(127.448)	(102.077)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(185.381)	(148.478)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.811	430.811
Média ponderada de número de ações preferenciais	861.585	861.585
Total	1.292.396	1.292.396
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas		
<b>por ação ordinária</b>	<b>(0,1345)</b>	<b>(0,1077)</b>
<b>por ação preferencial</b>	<b>(0,1479)</b>	<b>(0,1185)</b>

<b>Resultado diluído por ação</b> (Em milhares, exceto valor por ação)	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Resultado líquido do exercício	(185.381)	(148.478)
(+) Juros aos detentores de instrumentos conversíveis	10.208	14.071
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(175.173)	(134.407)
<b>Numerador</b>		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(50.959)	(40.815)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(124.214)	(93.592)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(175.173)	(134.407)
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.811	430.811
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.033.090	1.033.090
Total	1.463.901	1.463.901
<b>Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas</b>		
<b>por ação ordinária</b>	<b>(0,1183)</b>	<b>(0,0947)</b>
<b>por ação preferencial</b>	<b>(0,1202)</b>	<b>(0,0906)</b>

## 22. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em três categorias: (a) Risco de mercado, que é o risco de alterações nos preços de mercado –como as taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco é controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno; (b) Risco de liquidez, que é o risco de que a companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; e (c) Risco de crédito, que é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

#### (a) Gestão do risco de mercado

##### Exposição a riscos de taxas de juros

O resumo da exposição dos instrumentos financeiros da Companhia às taxas pós-fixadas, conforme reportado à Administração, está apresentado a seguir:

<b>Taxa de juros pós-fixada</b>	<b>Taxa</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>	
		<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Ativos</b>			
Fundos de investimento	CDI	11.133	14.057
Certificados de depósito bancário (CDB)	CDI	1.787	4.151
Operações compromissadas	CDI	54	-
		<b>12.974</b>	<b>18.208</b>
<b>Passivos</b>			
Debêntures	CDI	1.941.757	1.854.946
Debêntures	TJLP	335.441	319.831
		<b>2.277.198</b>	<b>2.174.777</b>

## Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Indexadores	Risco	31/12/2021	Período até 31 de dezembro de 2022				
		Cenário atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	9,15	10,65	5,33	7,99	13,31	15,98
TJLP	Variação TJLP	5,32	6,08	3,04	4,56	7,60	9,12

- **Cenário atual:** refere-se ao cenário real no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2021;
- **Cenário base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 02 de março de 2022, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até o mês anterior ao da data de aprovação destas demonstrações financeiras;
- **Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, em -50%, -25%, 25% e 50%, respectivamente.

A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2021	Período até 31 de dezembro de 2022				
Operação	Risco	Cenário atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Certificados de depósito bancário	Variação CDI	1.787	1.814	1.717	1.766	1.862	1.910
Fundos de investimento	Variação CDI	11.133	11.300	10.698	10.999	11.601	11.902
Operações compromissadas	Variação CDI	54	55	52	54	56	56
		12.974	13.169	12.467	12.819	13.519	13.869
<b>Efeito de ganho (perda)</b>			<b>195</b>	<b>(701)</b>	<b>(350)</b>	<b>350</b>	<b>700</b>

Passivos financeiros		31/12/2021	Período até 31 de dezembro de 2022				
Operação	Risco	Cenário atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debêntures	Variação CDI	1.941.757	1.970.883	1.865.934	1.918.409	2.023.358	2.075.833
Debêntures	Variação TJLP	335.441	337.990	327.715	332.853	343.128	348.265
		2.277.198	2.308.874	2.193.649	2.251.261	2.366.486	2.424.098
<b>Efeito de ganho (perda)</b>			<b>(31.676)</b>	<b>115.224</b>	<b>57.612</b>	<b>(57.612)</b>	<b>(115.224)</b>
<b>Efeito de ganho (perda), líquido</b>			<b>(31.481)</b>	<b>114.523</b>	<b>57.262</b>	<b>(57.262)</b>	<b>(114.524)</b>

## Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, apresentados no balanço patrimonial consolidado e reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	31/12/2021				
	Valor contábil			Valor Justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 3
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	265	12.974	13.239	265	-
Títulos e valores mobiliários	18.188	-	18.188	18.188	-
Contas a receber de clientes	-	29	29	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	235.313	235.313	-	-
	<b>18.453</b>	<b>248.316</b>	<b>266.769</b>	<b>18.453</b>	-
<b>Passivos</b>					
Empréstimos bancários e debêntures	-	(2.277.198)	(2.277.198)	-	-
Fornecedores	-	(5.286)	(5.286)	-	-
Débitos com partes relacionadas - consórcio	(211)	-	(211)	-	(211)
Débitos com partes relacionadas	(126)	-	(126)	-	(126)
Financiamento de arrendamentos	-	(67)	(67)	-	-
	<b>(337)</b>	<b>(2.282.551)</b>	<b>(2.282.888)</b>	-	<b>(337)</b>

	31/12/2020				
	Valor contábil			Valor Justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 3
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	546	13.992	14.538	546	-
Títulos e valores mobiliários	5.780	4.216	9.996	5.780	-
Contas a receber de clientes	-	14.338	14.338	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	269.750	269.750	-	-
	<b>6.326</b>	<b>302.296</b>	<b>308.622</b>	<b>6.326</b>	-
<b>Passivos</b>					
Empréstimos bancários e debêntures	-	(2.174.777)	(2.174.777)	-	-
Fornecedores	-	(7.635)	(7.635)	-	-
Débitos com partes relacionadas	(10.038)	-	(10.038)	-	(10.038)
Débitos com partes relacionadas - consórcio	(370)	-	(370)	-	(370)
Financiamento de arrendamentos	-	(85)	(85)	-	-
	<b>(10.408)</b>	<b>(2.182.497)</b>	<b>(2.192.905)</b>	-	<b>(10.408)</b>

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não mantinham instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não possuíam transações de derivativos com o propósito de especulação.

#### (b) Gestão do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

#### (c) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar estes riscos, a

Companhia procura fazer a alocação de suas reservas financeiras em instituições financeiras consolidadas e com perfil de baixo risco de crédito.

### 23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas nos exercícios de 2021 e 2020 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa.

	31/12/2021	31/12/2020
Ajustes de avaliação patrimonial, reflexos	21.911	65.724
Alteração de participação em investida (Evolua)	(9.205)	1.495
Custos de transação das debêntures	1.928	1.928
Outras transações de capital	(14)	-
	<b>14.634</b>	<b>(108.619)</b>

### 24. OUTROS ASSUNTOS

#### COVID-19 – Coronavírus

##### Informações da Companhia

Considerando que a pandemia do COVID-19 tem afetado todos os setores da economia em nível global, a Companhia entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios, diminuir os impactos desta situação imprevisível mediante tratamento com seus clientes, fornecedores, credores, funcionários e demais interessados, durante o período que perdurar a pandemia. A sua Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia, sendo certo de que segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações, ainda assim, as projeções orçamentárias continuam otimistas para 2022.

### 25. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Informações da Companhia

##### *Alienação da participação da Companhia na CCR*

Em 23 de março de 2022, a Companhia notificou as demais signatárias do Acordo de Acionistas da CCR sobre sua intenção de alienar a totalidade de suas ações de emissão desta investida (300.149.836 ações ordinárias, correspondentes a 14,86% do capital social da CCR) à Itaúsa S.A. e à Votorantim S.A. A AGPAR recebeu uma oferta não vinculante destas empresas para adquirir a totalidade das ações pelo valor de R\$13,75 cada, totalizando R\$4.127.060.245, a serem pagos, em dinheiro, à vista, no fechamento da transação (“Preço de Aquisição”). O Preço de Aquisição será ajustado em razão de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos declarados pela CCR a partir da data desta notificação.

##### *4ª Emissão de Debêntures da Companhia*

Em 1º de fevereiro de 2022 os debenturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debenturistas: (i) alteração da data de pagamento remuneração das debêntures e; (ii) a prorrogação do prazo de pagamento da primeira amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, cujas datas passaram a ser 02 de abril de 2022.

##### *5ª Emissão de Debêntures da Companhia*

Em 08 de fevereiro de 2022, os debenturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debenturistas a postergação da data de pagamento da parcela de amortização equivalente a 20% (vinte por cento)

do saldo do Valor Nominal Unitário devida em 09 de fevereiro de 2022, pelo período de 58 (cinquenta e oito) dias, de modo que a primeira parcela de amortização passou a ser devida em 08 de abril de 2022.

#### *6ª Emissão de Debêntures da Companhia*

Em 08 de fevereiro de 2022, os debenturistas aprovaram dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debenturistas: (i) a postergação da data de pagamento da parcela de amortização equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário e da Remuneração devida em 09 de fevereiro de 2022, pelo período de 58 (cinquenta e oito) dias, de modo que a parcela de amortização passou a ser devida em 08 de abril de 2022.

### **Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos**

CCR

#### *Cédula de crédito - Pampulha*

Em 3 de janeiro de 2022, foi contratada Cédula de Crédito Bancário (CCB) com o Banco Itaú Unibanco, no montante de R\$10.000. A remuneração é de CDI + 2,20% a.a.. O vencimento ocorrerá em 3 de julho de 2024.

#### *Debêntures - CCR*

Em 11 de janeiro de 2022, foi realizada a 16ª emissão de debêntures, em 2 séries, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$3.416.000.

A 1ª série, no valor nominal de R\$1.700.000, tem remuneração de CDI + 1,70% a.a.. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 15 de julho de 2022 e o principal no vencimento, em 15 de janeiro de 2029.

A 2ª série, com valor nominal de R\$1.716.000, tem remuneração de 5,95% a.a. ou IPCA + 0,75% a.a., o que for maior. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 15 de julho de 2022 e o principal no vencimento, em 15 de janeiro de 2036.

Entre as principais cláusulas de restrição, a emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado, apurado anualmente seja maior que 4,5.

#### *Compra de participação acionária - Barcas*

Em 7 de fevereiro de 2022, a CCR e a sua controlada CPC de um lado e, de outro, a SPTA Holding em Transporte Aquaviário Ltda. e suas afiliadas, Auto Viação 1001 Ltda., Rodomar Participações Ltda., Figueira Investimentos Ltda. e Riopar Participações S.A., celebraram o Contrato de compra e venda de ações, Cessão de direitos creditórios e outras avenças, por meio do qual pactuaram, entre outras matérias, a alienação, pela SPTA, da totalidade das ações de emissão da Barcas S.A. – Transportes Marítimos de sua titularidade à CPC, que representam 20%, bem como a cessão da totalidade dos direitos creditórios detidos pela Figueira e Riopar à CCR, em razão dos mútuos concedidos para financiar a operação deficitária da Barcas.

Esta transação está sujeita à satisfação de certas condições precedentes, incluindo, entre outras, a autorização do Estado do Rio de Janeiro, na condição de Poder Concedente; do CADE e do juízo da 7ª Vara Federal Criminal da Subseção do Rio de Janeiro. O fechamento da transação implicará na consolidação do controle acionário pela CPC, que passará a deter 100% da concessionária.

#### *Liquidações antecipadas - CCR*

Nos dias 15, 17, 18 e 21 de fevereiro de 2022, foram liquidados antecipadamente diversas dívidas da CCR, sendo: empréstimo de capital de giro, séries 1 e 3 da 4ª emissão de notas promissórias, série 2 da 11ª emissão de debêntures e 13ª emissão de debêntures.

**26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os membros da Diretoria da Companhia, em 31 de março de 2022, tomaram conhecimento e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e autorizaram a sua conclusão e divulgação.

---

**DIRETORES**

Renato Torres de Faria - Diretor-Presidente e de Relações com Investidores  
José Henrique Braga Polido Lopes - Diretor de Investimentos  
Saulo Alves Pereira Júnior - Diretor de Investimentos

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Ricardo Coutinho de Sena – Presidente  
Cláudio José de Castro Miserani  
Paulo Roberto Reckziegel Guedes  
Renato Torres de Faria

**CONTADOR RESPONSÁVEL**

Leandro Mariano Gonçalves  
CRC MG 105.896/O-1